Enciclopédia do Românico em Portugal

PORTUGAL

VOLUME I

Enciclopédia do Românico em Portugal

PORTUGAL

VOLUME I

Diretor
José María Pérez González

Coordenação geral
Jaime Nuño González

Coordenação científica
Maria Leonor Botelho
Mário Jorge Barroca
Lúcia Cardoso Rosas
César Guedes

Santa María la Real fundación
Centro de Estudios del Románico

AGUILAR DE CAMPOO
2023

Coordenação geral
Jaime Nuño González

Coordenação científica
Maria Leonor Botelho
Mário Jorge Barroca
Lúcia Cardoso Rosas
César Guedes

Coordenação técnica
César Guedes
Pedro Luis Huerta Huerta

Administração
Reyes Alonso Castreño

Autores dos textos

Estudos introdutórios gerais
Adelaide Miranda
Ana Cristina Sousa
José Augusto Sottomayor-Pizarro
Lúcia Cardoso Rosas
Luís Carlos Amaral
Luís Correia de Sousa
Luísa Trindade
Maria Leonor Botelho
Maria João Melo
Mário Jorge Barroca
Nuno Resende
Paula Pinto Costa

Estudos dos testemunhos românicos
Adelaide Miranda (AM)
Alicia Miguélez Cavero (AMC)
Ana Cristina Sousa (ACS)
César Guedes (CG)
Cláudia Cunha (CC)
Isabel Cristina Ferreira Fernandes (ICFF)
Joana Lencart (JL)
Lúcia Cardoso Rosas (LCR)
Luís Correia Sousa (LCS)
Manuel Pedro Ferreira (MPF)
Maria João Melo (MJM)
Maria Leonor Botelho (MLB)
Mário Cunha (MC)
Mário Jorge Barroca (MJB)
Mário Varela Gomes (MVG)
Nuno Resende (NR)
Rita Castro (RC)
Rosa Varela Gomes (RVG)
Silvana Vieira de Sousa (SVS)
Tiago Cruz (TC)

Autores das fotografias
Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)
Bibliothèque Nationale de France (BNF)
Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)
Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP)
Bing Maps
British Museum (BM)
Câmara Municipal de Évora (CME)
Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar (CMVPA)
César Guedes (CG)
Cláudia Cunha (CC)
Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)
Direção Regional da Cultura do Norte (DRCN)
Francisco Piqueiro/Foto Engenho (FP)
Gil Martins (GM)
Google Maps
Jaime Nuño González (JNG)
João Ferrand Fotografia (JFF)
Luís Ferreira Alves (LFA)
Luísa Trindade (LT)
Maria Leonor Botelho (MLB)
Mariana Silva (MS)
Mário Jorge Barroca (MJB)
Mário Varela Gomes (MVG)
Marta Ferreira (MF)
Médiathèque Jacques-Chirac, Troyes Champagne Métropole (MJCTCM)
Michael Schlapkohl (MSCH)
Museu de Arte Sacra de Arouca (MASA)
Museu de Arte Sacra do Funchal (MASF)
Museu Nacional Grão Vasco, Direção-Geral do Património Cultural (MNGV-DGPC)
Nuno Bastos (NB)
Nuno Resende (NR)
Palais des Beaux-Arts de Lille (PBAL)
Rosa Varela Gomes (RVG)
Rota do Românico (RR)
Serviço de Informação para o Património Arquitetónico / Direção-Geral do Património Cultural (SIPA-DGPC)
Silvana Vieira de Sousa (SVS)
Tesouro Museu de Arte Sacra da Sé de Viseu (TMASSV)
Tiago Cruz (TC)
Universiteit Leiden, Leiden University Libraries (UL)

Coordenação dos planos
Teresa Cunha Ferreira

Revisão dos planos
Teresa Cunha Ferreira
Mariana Carvalho

Desenhos elaborados para a Enciclopédia do Românico em Portugal
Gil Martins (GM)
Mariana Silva (MS)
Marta Ferreira (MF)
Miguel Tomé (MT)
Nuno Bastos (NB)
Simone Ruivo (SR)
Teresa Cunha Ferreira (TCF)

Fontes e cedência de planos
Agostinho Lemos (AL)
Amândio Cupido (AM)
Ana Inácio (AI)
André Machado (AM)
António Ribeiro (AR)
Archeo'Estudos, Lda. (AEL)
Bledian Nella (BN)
Câmara Municipal de Alcácer do Sal (CMAS)
Câmara Municipal de Alondroal (CMAL)
Câmara Municipal de Armamar (CMAR)
Câmara Municipal de Gavião (CMG)
Câmara Municipal de Lamego (CMLAM)
Câmara Municipal de Lanhoso (CMLAN)
Câmara Municipal de Leiria (CMLEI)
Câmara Municipal de Lisboa (CMLIS)
Câmara Municipal de Palmela (CMPAL)
Câmara Municipal de Penela (CMPEN)
Câmara Municipal de Sabugal (CMSAB)
Câmara Municipal de Silves (CMSIL)
Câmara Municipal de Trancoso (CMT)
Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha (CMVNB)
Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar (CMVPA)
Cristina Costa (CC)
David Mósca (DM)
Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)
Direção Regional da Cultura do Norte (DRCN)
Eduardo Vila-Chã (EVC)
Empatia. Arqueologia, Conservação e Restauro (EACR)
Escola de Arquitetura da Universidade do Minho (EAUM)
Francisco Barata (FB)
Francisco Oliveira (FO)
Fundación Santa María la Real (FSMLR)
G. Alves (GAl)
Gabriel Andrade (GAN)
Gabriel Silva (GS)
Gabriela Vasconcelos (GV)
Gonçalo Byrne (GB)
Hugo Almeida (HA)
Hugo Monte (HM)
Hugo Pires (HP)
Isabel Norton (IN)
Joana Araújo (JAr)
Joana Moreira (JM)
José Aguiar (JAG)
José Neves (JN)

Jorge da Costa (JC)
L. Lima (LL)
Lídia Costa (LC)
Luís Rodrigues (LR)
Luís Trinidade (LT)
Mário Jorge Barroca (MJB)
Marta Ferreira (MF)
Miguel Malheiro (MM)
Miguel Rocha (MR)
Miguel Tomé (MT)
Nilma Muñiz (NMU)
Nuno Moreira (NMO)
Pablo Bañasco (PB)
Pedro Azevedo (PA)
Pedro Biscaia (PBI)
Pedro Nogueira (PN)
Pedro Pacheco (PP)
Pratik Gajjar (PG)
R. Oliveira (RO)
Raquel Pinho (RP)
Ricardo Dias (RD)
Ricardo Teixeira (RT)
Rosa Varela Gomes (RVG)
Rota do Românico (RR)
Rui Couto (RC)
Rui Faria (RF)
Sandra Ralha (SR)
Sérgio Azevedo (SA)
Serviço de Informação para o Património Arquitetónico / Direção-Geral do Património Cultural (SIPA-DGPC)
Silvia Mendes (SM)
Susana Cosme (SC)
Teresa Cunha Ferreira (TCF)
Tiago Carvalho (TC)
TopArcos, Lda. (TAL)
Vistraço. Atelier de Arquitectura e Engenharia, Lda. (VAAEL)

Revisão bibliográfica
César Guedes

Índices
Jaime Nuño González

Cartografia
Dielmo 3D, S.L.

Edição
Jesús Herrán Ceballos

Supervisão
Begoña Diez Migueláñez

Edita
Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico
Centro de Estudios del Románico
Monasterio de Santa María la Real
34800-Aguilar de Campoo (Palencia)
www.enciclopediadelromanico.com

© Dos textos, das fotografias e dos planos: autores
© Da edição: Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico

ISBN (obra completa) 978-84-17158-41-5
ISBN (tomo I) 978-84-17158-42-2
ISBN (tomo II) 978-17158-43-9
ISBN (tomo III) 978-17158-44-6

Depósito legal: P 151-2023

Design e impressão
Camus Impresores, S.L.
Parque Emp. de Morero, parcela 2-11,
nave 19 / 39611 Guarnizo (Cantabria)

Agradecimentos

A Fundação Santa María la Real manifesta a sua gratidão a todos aqueles e a todas as instituições que tornaram possível este trabalho, desde o seu início até à sua conclusão, superando dificuldades e abrindo caminho, sempre com absoluta bondade e muitas vezes desinteressadamente, facilitando os nossos pedidos. Gostaríamos, especialmente, de agradecer ao grande grupo de pessoas anónimas, párocos ou paroquianos, que abriram as portas das igrejas, ou aos colaboradores dos museus e monumentos que tornaram possível o acesso às peças ou a espaços mais restritos. Agradecemos por terem aguardado com infinita paciência o tempo que foi necessário para podermos desenvolver o nosso trabalho. Sem a sua ajuda, este trabalho e o estudo e conservação do património cultural, em geral, seria impossível.



FUNDACIÓN
RAMÓN ARECES

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

U.PORTO
FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

DRC CULTURA
DO NORTE

PATRIMÓNIO
CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural



ROTA DO
ROMÂNICO

Sumário

APRESENTAÇÕES

José María Pérez González
Diretor da Enciclopédia do Românico na Península Ibérica 15

Raimundo Perez-Hernández
Diretor Geral da Fundación Ramón Areces 17

Apresentação geral
Maria Leonor Botelho, Mário Jorge Barroca, Lúcia Maria Cardoso Rosas e César Guedes 19

ESTUDOS

A aristocracia e a expansão do românico (séculos XI - XIII)
José Augusto Sottomayor-Pizarro 25

A restauração eclesiástica do Norte hispânico e a formação da primeira rede diocesana portuguesa (séculos XI-XIII)
Luís Carlos Amaral 41

As Ordens Militares na época românica
Paula Pinto Costa 61

A pontística medieval
Nuno Resende 75

Urbanismo na época românica
Luísa Trindade 87

Arquitetura civil e militar portuguesa durante o Românico
Mário Jorge Barroca 103

Arquitetura Românica de função religiosa
Lúcia Cardoso Rosas 119

Para *Deus o melhor*... Ourivesaria e torêutica do Românico
Ana Cristina Sousa 139

Manuscritos iluminados do Românico
Adelaide Miranda, Luís Correia de Sousa e Maria João Melo 159

Os restauros da DGEMN e a construção da imagem do românico português
Maria Leonor Botelho 175

Catálogo

VOLUME I

Águeda (Lamas do Vouga) 191
Ponte do Cabeço de Vouga 191
Alandroal (Juromenha) 195
Castelo de Juromenha 195
Alcácer do Sal (Alcácer do Sal) 203
Castelo de Alcácer do Sal 203
Alcobaça (Alcobaça) 211
Castelo de Alcobaça 211
Mosteiro de Santa Maria 215
Mosteiro de Santa Maria. Jacente da Rainha D. Urraca 220
Aljezur (Aljezur) 227
Castelo de Aljezur 227
Ribāt de Arrifana 230
Amarante (Freixo de Baixo) 239
Mosteiro do Divino Salvador 239
Amarante (Gatão) 247
Igreja de São João Batista 247
Amarante (Gondar) 253
Igreja de Santa Maria 253
Amarante (Jazente) 261
Igreja de Santa Maria 261
Amarante (Lufrei) 267
Mosteiro de São Salvador 267
Amarante (Mancelos) 271
Mosteiro de São Martinho 271
Amarante (Padronelo) 281
Paço de Dona Loba 281
Amarante (Real) 285
Igreja de São Salvador 285
Amarante (Telões) 289
Igreja de Santo André 289
Amarante (Travanca) 295
Mosteiro de São Salvador 296
Amares (Pousada) 311
Ponte do Porto 311
Amares (Santa Maria de Ferreiros) 315
Torre de Vasconcelos 315
Arcos de Valdevez (Ermelo) 321
Mosteiro de Santa Maria 322
Arcos de Valdevez (Giela) 335
Paço de Giela 335
Arcos de Valdevez (Miranda) 339
Mosteiro de Santa Maria 339
Arcos de Valdevez (Monte Redondo) 343
Igreja de São Martinho/São Bartolomeu 343
Arcos de Valdevez (Sabadim) 347
Igreja de São Salvador 347

ARCOS DE VALDEVEZ (Comenda de Távora) 351
Capela de São João Batista da Comenda 351
ARMAMAR (Armamar) 359
Igreja de São Miguel 360
AROUCA (Arouca) 369
Mosteiro de Arouca. Díptico-relicário de Arouca 369
AROUCA (Santa Eulália) 385
Marmoiral de Santo António 385
BAIÃO (Ancede) 389
Igreja Velha do mosteiro de Ermelo 390
Mosteiro de Santo André 393
BAIÃO (Valadares) 399
Igreja de Santiago 399
BARCELOS (Abade de Neiva) 405
Igreja de Santa Maria 405
BARCELOS (Areias de Vilar) 413
Mosteiro de Vilar de Frades 413
BARCELOS (Balugães) 421
Igreja Velha de São Martinho 421
BARCELOS (Manhente) 425
Mosteiro de São Martinho 425
BARCELOS (Rio Covo - Santa Eulália) 435
Igreja de Santa Eulália 435
BARCELOS (Vila Cova) 441
Mosteiro de São Salvador de Banho 441
BARCELOS (Vila Seca) 447
Igreja de Santiago 447
BOTICAS (Covas do Barroso) 451
Igreja de Santa Maria 451
BRAGA (Braga) 455
Sé/Catedral 460
Museu do Tesouro da Sé de Braga 475
BRAGA (Gualtar) 485
Igreja de São Miguel 485
BRAGA (Lomar) 489
Igreja de São Pedro 489
BRAGA (São Jerónimo de Real) 495
Cenotáfio de São Martinho de Dume 495
BRAGA (São Paio de Merelim / Vila do Prado) 505
Ponte do Prado 505
BRAGANÇA (Castro de Avelãs) 509
Mosteiro de São Salvador 510
BRAGANÇA (Santa Maria) 523
Paço da Cisterna (Domus Municipalis) 524
CABECEIRAS DE BASTO (Cavez) 535
Ponte de Cavez 535
CAMINHA (Arga de Baixo) 541
Mosteiro de São João 541
CAMINHA (Vile) 545
Igreja de São Pedro de Varais 546

Cantanhede (Sepins) 553
Igreja de São João Batista. Tímpano 553
Carrazeda de Ansiães (Selores) 555
Castelo de Ansiães 555
Igreja de São Salvador de Ansiães 562
Castro Daire (Ermida) 577
Mosteiro da Ermida do Paiva 577
Celorico de Basto (Arnóia) 591
Castelo de Arnóia 591
Mosteiro de São João 595
Celorico de Basto (Fervença) 601
Igreja do Divino Salvador 601
Celorico de Basto (Ribas) 607
Mosteiro do Salvador 607
Celorico de Basto (Veade) 615
Igreja de Santa Maria 615
Chaves (Cimo de Vila de Castanheira) 623
Igreja de São João Batista 623
Chaves (Outeiro Seco) 627
Capela de Nossa Senhora da Azinheira 628
Chaves (Santa Leocádia de Montenegro) 637
Igreja de Santa Leocádia 637
Chaves (Santa Maria Maior) 645
Igreja de Santa Maria Maior 645
Chaves (São Julião de Montenegro) 649
Igreja de São Julião 649
Chaves (Vale de Anta) 655
Capela da Granjinha 655
Cinfães (Oliveira do Douro) 659
Igreja de São Pedro da Ermida 660
Cinfães (Souselo) 663
Igreja de Santa Maria de Escamarão 663
Cinfães (São Cristóvão de Nogueira) 669
Igreja de São Cristóvão 669
Cinfães (Tarouquela) 677
Mosteiro de Santa Maria Maior 678
Coimbra (Coimbra) 691
Cidade 691
Coimbra (Almedina) 703
Sé-Velha 703
Museu Nacional de Machado de Castro 731
Coimbra (Santa Cruz) 765
Mosteiro de Santa Cruz 765
Igreja de Santa Justa (vestígios) 772
Coimbra (São Bartolomeu) 775
Igreja de Santiago 775
Coimbra (São Paulo de Frades) 789
Igreja de São Paulo 789
Coimbra (Sé Nova) 793
Igreja do Salvador 793

Arquitetura românica de função religiosa

Lúcia Cardoso Rosas

A caraterização do românico de qualquer reino ou região europeia levanta problemas metodológicos, desde logo o de entender o fenómeno como *próprio* de uma identidade regional definida. Todavia, numa primeira análise do românico português sobressaem o que podemos designar de quatro tendências: a preponderância da pequena ou média escala das construções, excetuando-se as sés de Braga, Porto, Coimbra e Lisboa e os mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e São João de Tarouca (Lamego); o reduzido número de igrejas totalmente abobadadas; a rarefação dos programas escultóricos de caráter erudito que se conjuga com uma tendência para a predominância de motivos vegetalistas e geométricos; a longa permanência no tempo das soluções construtivas e escultóricas que designamos de românicas.

Os argumentos que visam justificar estas tendências centram-se, principalmente, na periferia geográfica de Portugal, relativamente ao continente europeu e aos centros onde mais cedo o românico se desenvolveu, e no facto de o território estar excluído das principais vias de peregrinação. Várias têm sido as designações para classificar o românico português que decorrem das quatro tendências acima referidas: românico de periferia, tardio, epigonal, de resistência, de transição, ou mesmo gótico rural, quando apreciadas as construções cuja cronologia ultrapassa significativamente o *tempo* românico e que conjugam, ainda que epidermicamente, soluções góticas com as românicas. No entanto, a evidente circunstância periférica de Portugal não impediu que as soluções mais eruditas fossem empregues neste território como demonstram as construções de Coimbra, da região de Lisboa, o original programa da sé do Porto ou a excelente arquitetura do mosteiro cisterciense de São João de Tarouca.

A presença de bispos, comunidades monásticas e famílias de origem forânea em Portugal desde o século XI está bem documentada. Nos séculos XI e XII as dioceses portuguesas acolhiam vários prelados estrangeiros. Em Braga e Coimbra pontificavam bispos franceses. São Geraldo (Braga, 1097/1099-1108), proveniente da região de Quercy, Maurício Burdino (Braga, 1109-1118), o futuro anti-papa Gregório VIII, que anteriormente à sua vinda para Portugal se encontrava no mosteiro de Saint Martial de Limoges, Bernardo (Coimbra,1128-1146), oriundo de uma família do Languedoc, ou Gilberto de Hastings (Lisboa, 1147-1163/1165), clérigo e cruzado de origem inglesa. O bispo do Porto, D. Fernando Martins que em 1185 doa à sé dois candelabros de Limoges, era também originário de uma das várias famílias de origem franca que se estabeleceram em Coimbra, os Rabaldes. O estabelecimento de comunidades monásticas com origem em La Charité-sur-Loire (1100, mosteiro de São Pedro de Rates), São Rufo de Avinhão (1131, mosteiro de Santa Cruz de Coimbra), provenientes de mosteiros cistercienses de origem franca (1138, mosteiro de São Cristóvão de Lafões), ou da Terra Santa ([1112], Hospitalários, mosteiro de Leça do Balio e Templários, 1128, castelo de Soure) são exemplos que demonstram as intensas relações entre Portugal e os outros reinos europeus, relações essas que favoreceram a viagem de artistas e de modelos.

Todavia, a quantidade de exemplares de arquitetura românica de clara simplicidade, quando comparados com os de mais complexas soluções distorce, de certa forma, a realidade, configurando uma *paisagem românica* na qual prevalecem os templos de menor escala e pouco erudita construção.

A formação e originalidade da arte românica é, ainda hoje, tema de debate entre os especialistas. Muito embora este debate tenha já um longo percurso, as duas últimas décadas

têm assistido a novas contribuições que, ora decorrem de metodologias de análise na longa diacronia, ora de perspetivas que atendem ao caráter funcional e simbólico dos programas construtivos e que ultrapassam a espartilhante história dos estilos, ora emergem dos resultados apurados pela arqueologia. Cabe então perguntar o que traz de novo a arquitetura românica relativamente às arquiteturas que a antecedem? Daniel Rico Camps coloca justamente a questão da originalidade da arquitetura românica começando por definir quais os seus traços mais relevantes: a recuperação da escultura arquitetónica, o abobadamento integral das igrejas e a multiplicação das absides secundárias nas cabeceiras. Entre as *novidades* já referidas, o autor sublinha que a recuperação da escultura arquitetónica, ao longo do século XI, depois de mais de cinco séculos de desaparecimento quase total, é uma das maiores conquistas da arte românica. Dedicando-se ao difícil exercício de definir os inícios da arquitetura românica no reino franco, E. Vergnolles salienta as novidades surgidas à volta do ano 1000: as formas complexas de organização das cabeceiras; uma procura de maior qualidade nas técnicas construtivas conseguida através do recurso quase sistemático a silhares aparelhados; a utilização do pilar compósito e do tramo; o abobadamento integral; a escultura arquitetónica que conhece então um alargamento sem precedentes do seu reportório figurativo e ornamental.

O cruzamento de fenómenos históricos coevos à formação do românico, a saber, a tendência para uma maior estabilidade política e prosperidade económica, um lento, mas significativo crescimento demográfico, a expansão do monaquismo de raiz beneditina que teve na abadia de Cluny um dos mais importantes focos de irradiação e a reforma gregoriana promovida pelo papa Gregório VII (1073-1085), favoreceu a criação e difusão da arquitetura e das artes românicas.

Nas duas últimas décadas a historiografia tem mitigado a ideia de um súbito despertar construtivo ocorrido no século XI, que se teria traduzido numa verdadeira renovação monumental da arquitetura e na emergência de um estilo. Esta perspetiva, consagrada por Henri Focillon (1881-1943) e Marcel Durliat (1917-2006), entre outros, que teve uma longa fortuna crítica, sublinhou a existência de uma rutura entre as arquiteturas da alta idade média e a arquitetura românica, não somente pelas diversas caraterísticas estruturais e formais, mas também pela quase ausência de uma continuidade construtiva entre as duas épocas. Jean-Pierre Caillet, entre outros, considera que não existiu essa rutura entre as arquiteturas da alta idade média e a arquitetura românica no que diz respeito à articulação de volumes e às características estruturais dos edifícios. O autor nega o caráter homogéneo da arquitetura românica à escala do ocidente europeu, relevando que os progressos que esta arquitetura patenteia têm antecedentes nos séculos que a precedem, não constituindo o românico um repentino e original fenómeno.

Se a reforma gregoriana teve ou não um importante papel na construção/transformação de múltiplos exemplares, no que diz respeito à planimetria, à articulação de volumes e aos programas iconográficos, é este um dos outros aspetos que divide os autores, quando se trata de analisar as relações entre a reforma e a produção artística. Será mais rigoroso considerar que o processo reformador da Igreja se expandiu por um longo período, abrangendo praticamente os séculos XI e XII. Neste sentido, o fenómeno convoca uma nova nomenclatura, já que o termo *reforma gregoriana*, ao centrar-se no pontificado de Gregório VII, é demasiado restritivo, sendo preferível a designação de *reforma da Igreja* como propõe Barbara Franzé. Esta proposta, inicialmente avançada por Pierre Tourbet (1994), matiza o sentido de uma súbita renovação monumental.

A continuidade, as persistências, os hibridismos e a tradição, cujo lastro vai fluindo entre o mundo paleocristão, a alta idade média e a época românica, apesar das diferenças, convidam a uma análise que deve atender simultaneamente à longa duração e às temporalidades diversas num mesmo período cronológico, tanto mais que muitas destas construções conviveram no mesmo tempo e no mesmo espaço. Trazendo para a luz a arquitetura classificada como românica e definida como um estilo novo, a historiografia foi deixando na penumbra uma vasta



Sé de Braga.
Alçado sul (Foto MSCH)

quantidade de construções que não se enquadram de forma clara nos princípios que caraterizam as *novidades* do românico.

Não obstante, é indubitável que o românico se configurou, no seu tempo, como uma arquitetura *nova*.

Se é certo que o abobadamento integral e a complexificação das cabeceiras, bem como a utilização da escultura arquitetónica, embora com muito menor expressão, já estavam presentes em construções da alta idade média, a verdade é que a originalidade do românico consiste na combinação, num mesmo edifício, das três componentes e, conforme bem observou Rico Camps, na incidência que a sua conjugação teve no seu próprio tempo e nos séculos seguintes.

Todavia, a sua concretização no espaço e no tempo conheceu inúmeras variantes nas quais aquela conjugação de componentes não se verifica. No românico português a construção em aparelho regular é uma constante assim como o apreço pela escultura arquitetónica, mas no que diz respeito ao abobadamento integral e às soluções de complexa planimetria nas cabeceiras os exemplos são pouco frequentes.

O românico português acusa soluções oriundas dos reinos hispânicos, franco e das ilhas britânicas, mas Portugal, tal como as outras regiões europeias, não é unicamente um recetor

passivo das novas soluções românicas. Embora as transferências artísticas reconfigurem os meios artísticos que as acolhem, a cultura construtiva e figurativa pré-existente não deixa de participar nessa reconfiguração.

A densidade da arquitetura pré-românica no Entre-Douro-e-Minho é indubitável em algumas regiões, como no interflúvio Lima e Ave, uma das parcelas mais povoadas da região, ou como nos vales do Sousa e Tâmega onde a fundação de mosteiros promovida pela aristocracia e atestada pela documentação remonta ao século X ou mesmo a tempos anteriores, verificando-se semelhante antiguidade construtiva na região do antigo bispado de Lamego. Uma boa parte destas igrejas paroquiais e monásticas foi reconstruída entre os séculos XII e XIII segundo modelos românicos. Todavia, as arquiteturas pré-existentes deixaram marcas nas soluções planimétricas, nos volumes e nos motivos e técnicas de esculpir. As novidades da arte românica coincidiram durante largo tempo com modelos tradicionais que foram então utilizados em tipologias novas. A tendência para o uso de cabeceiras retas, a reserva entre a cabeceira e a nave, que se deteta em exemplares como São Cristóvão de Rio Mau (Vila do Conde), a utilização do arco-diafragma como sistema de cobertura em igrejas de uma nave como Algosinho (Peredo da Bemposta, Mogadouro) mas também em edifícios de três naves como a sé de Braga ou em igrejas monásticas como as de Paço de Sousa (Penafiel) e Travanca (Amarante), configuram a persistência de modelos empregues na arquitetura pré-românica combinados com soluções românicas nos séculos XII a XIV. Como é sabido, uma arquitetura não se esgota no tempo da sua construção. O seu lastro permanece, em tempo mais curto ou mais longo, gerando fenómenos ora de recusa, ora de inspiração, ora ainda de permanência.

Sé do Porto. Alçado oeste (Foto JNG)



Sé Velha de Coimbra. Alçado este. Cabeceira (Foto MLB)



O perfil ultrapassado do arco triunfal de Rio Mau está muito preso às soluções pré-românicas muito embora esta relação não seja tão evidente como no caso do portal da sala do capítulo do mosteiro de Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães). Referindo-se a esta entrada, Ferreira de Almeida considera que, *excetuando os capitéis são grandes as recordações moçárabes que esta obra nos causa, as quais são ainda reforçadas pela excelente técnica construtiva que as arcadas evidenciam*. O artista conhecia bem os modelos pré-românicos já que neste portal há semelhanças com vestígios do claustro do vizinho mosteiro de Santa Marinha da Costa. A técnica utilizada nos arcos ultrapassados *é uma das evidentes amostras das influências moçárabes, na primeira parte do século XIII, na área de Guimarães*, escreveu Ferreira de Almeida. Entre os vestígios moçárabes patentes em edificações próximas da cidade vimaranense, merecem referência os elementos decorativos do mosteiro de São Torcato. A igreja-velha de São Torcato testemunha a presença moçárabe em elementos esculpidos em calcário, como capitéis e frisos, que podem ser atribuídos ao século X e que indiciam a qualidade do templo posteriormente transformado. A construção moçárabe deixou, sem dúvida, acentuada memória na cultura arquitetónica da região de Guimarães.

Como apurou Ferreira de Almeida uma larga maioria, *circa* de 80%, das igrejas românicas portuguesas apresenta uma planimetria de nave única e cabeceira com uma só abside, que é quadrangular em *circa* de 85% dos casos. A tradição pré-românica teve uma forte influência nestas soluções, como exemplificam as cabeceiras de São Cláudio de Nogueira (Viana do Castelo) e Santa Eulália de Arnoso (Famalicão) cuja datação remonta ao início do século XII, e a de São Cristóvão de Rio Mau datada de 1151. Quando a planimetria da cabeceira é de perfil semicircular, a cobertura desta parcela é abobadada em pedra. São exemplos desta configura-

São Salvador de Castro de Avelãs (Bragança). Alçado este (Foto JNG)



ção as igrejas de Sanfins de Friestas (Valença), Longos Vales (Monção), Fonte Arcada (Póvoa de Lanhoso), Roriz (Santo Tirso) e São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira), sendo as duas últimas de perfil poligonal no seu interior, excetuando-se neste panorama a Ermida do Paiva (Castro Daire), cuja a cabeceira é poligonal interior e exteriormente. No entanto, a maioria das igrejas de uma única abside apresenta a solução mais simples: coberturas de madeira em duas águas na cabeceira e na nave.

As igrejas de três naves completamente abobadadas são em número muito reduzido. As sés do Porto, Coimbra e Lisboa, muito embora esta última apresente abóbadas inteiramente construídas no restauro do século XX, a igreja do mosteiro de São João de Tarouca (Lamego), com cripto-naves abobadadas transversalmente à cobertura da nave central e, provavelmente, o templo monástico de Santa Maria de Salzedas (Tarouca), adotam aquela solução. A abóbada de berço de perfil semicircular que cobre a nave central alterna com abóbadas de arestas nas naves laterais no caso da sé de Coimbra. Em São João de Tarouca, tanto nas abóbadas da nave central como das cripto-naves, o perfil dos arcos é quebrado.

Entre as cabeceiras das igrejas de três naves, somente a sé de Braga e a abadia-velha de Salzedas terão sido pensadas para receber cinco capelas semicirculares e escalonadas. As cabeceiras das sés de Coimbra e Lisboa, esta última na sua solução original, das igrejas monásticas de São Salvador de Ganfei (Valença) São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras), Travanca (Amarante) e Castro de Avelãs (Bragança) são compostas por três capelas semicirculares escalonadas enquanto a igreja de São Tiago de Coimbra apresenta uma planimetria poligonal no exterior. Em São João de Tarouca, na abadia-velha de Salzedas, nos mosteiros de Ermelo (Arcos de Valdevez), Fiães, Paderne (Melgaço) e na colegiada de São Salvador de Coimbra as cabeceiras são compostas por três capelas quadrangulares, muito embora no exemplar de Tarouca a abside românica tenha sido substituída por uma construção da época moderna. Na sé do Porto existia um deambulatório com três capelas radiantes e dois absidíolos poligonais dos quais se conservam algumas parcelas. Também já desaparecida, a cabeceira de São Cristóvão de Coimbra apresentava uma abside de cinco panos e absidíolos semicirculares no interior e retos no exterior. Em Tomar, a charola do Convento de Cristo, configura-se como o único exemplar de planta centralizada.

Os transeptos de uma só nave ora são salientes como nas sés do Porto, Coimbra e Lisboa e nas igrejas monásticas de São João de Tarouca e Santa Maria de Salzedas, ora se definem pela maior dimensão do tramo e pela altura, como os exemplares de Paço de Sousa (Penafiel), Travanca, Rates ou Paderne testemunham. A animação das superfícies murárias com arcadas-cegas concentra-se, essencialmente, no interior das cabeceiras. Mostram este tipo de solução os exemplares de Rio Mau, Rates, Roriz, Arnoso, Fonte Arcada, Travanca (Amarante) e Tarouquela (Cinfães) e um dos absidíolos poligonais da sé do Porto. O único exemplar que apresenta arcadas-cegas no exterior da cabeceira é a igreja de São Romão de Arões (Fafe).

Dada a escassez de igrejas de três naves totalmente abobadadas a existência de trifório limita-se às sés de Coimbra e Lisboa. O desaparecido deambulatório da sé do Porto também o apresentaria.

De um modo geral os alçados das fachadas principais apresentam uma composição bastante simplificada nos programas de pequena escala e de uma só nave. Destaca-se, no entanto, a forma como o portal ocidental é inscrito em corpo pétreo saliente, construído abaixo da fresta, com empena de duas águas ou de terminação reta. Encaixam-se em maciços de remate triangular os exemplares de São Salvador de Unhão, Santa Maria de Airães e São Vicente de Sousa (Felgueiras), São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira) e Travanca. Em Bravães (Ponte da Barca), Paço de Sousa e São Pedro das Águias (Tabuaço) o corpo pétreo é retangular. Na sé-velha de Coimbra o maciço saliente, onde se encaixa o vão de iluminação, sobe até ao topo da fachada, solução que também estaria presente na sé do Porto. A fachada ocidental da igreja de Rio Mau mostra uma organização semelhante, mas muito simplificada.

A composição de fachadas principais com torres a norte e a sul, entre as quais se encaixa o portal, solução muito glosada no românico europeu, está presente nas sés de Braga, Porto e Lisboa. No mosteiro de Santa Cruz de Coimbra a torre-pórtico que albergava o nártex antecedia o corpo da igreja. Em programas de menor escala as sineiras erguem-se sobre a empena da fachada principal, formando um muro pentagonal onde se abrem os vãos para os sinos. Esta é a solução mais simples e também a mais frequente, embora a sineira erguida sobre um muro junto à fachada acuse, por vezes, maior monumentalidade como é patente em São Salvador de Tabuado (Marco de Canaveses) ou Santa Maria de Serzedelo (Guimarães).

As utilizações de torres isentas junto às igrejas, provavelmente de cronologia posterior aos templos, conferem aos conjuntos uma retórica de segurança e, simultaneamente, simbolizam um senhorio já que o abade de um mosteiro era sempre um nobre. São exemplos desta solu-



Santa Cruz de Coimbra. Alçado oeste (Foto MLB)



São João de Tarouca (Tarouca). Alçado oeste (Foto JNG)



Santa Maria de Salzedas (Tarouca). Pilares e arcos torais românicos preservados sob a obra barroca (Foto JNG)

ção as igrejas dos antigos mosteiros de Santa Maria de Cárquere (Resende), São Martinho de Manhente, Abade de Neiva (Barcelos), Vila Nova de Muía (Ponte da Barca) e Travanca.

A igreja de Santa Maria de Serzedelo (Guimarães) é um dos poucos exemplares do românico português que conserva um nártex fechado, praticamente intacto. Há vestígios de galilés fronteiras à fachada nos mosteiros de São Pedro de Ferreira e Freixo de Baixo (Amarante). Conhecemos outros exemplares, através da documentação escrita e fotográfica. O mosteiro de São Salvador do Souto (Guimarães) também apresentava uma galilé abobadada, sobrepujada por uma torre sineira, cuja função funerária, na idade média, é atestada pelos túmulos e epígrafes que aí se encontravam. No mosteiro de Sanfins de Friestas existia um nártex fechado, provavelmente do século XIII, fronteiro à fachada principal, demolido aquando das obras de restauro da década de 1930. A galilé do mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, provavelmente construída no século XIII, configurava-se como um exemplo monumentalizado desta solução. A julgar pelas descrições registadas no século XVI a galilé apresentava três naves e abóbadas em pedra. Na primeira década do século XXI, o mosteiro foi alvo de campanhas arqueológicas que incidiram no espaço fronteiro à fachada ocidental, onde terão sido encontrados indícios da galilé, nomeadamente do seu cunhal noroeste. Mais antigo era o nártex porticado e abobadado da torre que antecedia o portal ocidental da igreja do mosteiro de Santa Cruz (Coimbra), fundado em 1131. Anteriormente à reforma da época manuelina, estavam aí tumulados D. Afonso Henriques e D. Sancho I.

A construção de galilés encostadas à fachada ocidental dos templos terá começado no século XI. Espaços eminentemente litúrgicos, nas galilés concentravam-se os laicos quando a comunidade monástica realizava a liturgia processional. No mosteiro de Cluny, entre 994

e 1048, foi estabelecida a comemoração dos defuntos no dia 2 de novembro. Segundo J. L. Senra, é neste contexto que nasce um espaço arquitetónico específico para a celebração do triunfo sobre a morte, a galilé. Era neste espaço que terminava a procissão ritual em memória da *Paixão* e da *Ressurreição* de Cristo, realizada pelos monges, ao domingo. Depois da última estação da procissão, a comunidade monástica reunia na galilé para comemorar a *Aparição de Cristo Ressuscitado* entre os seus discípulos, na Galileia. A origem da utilização deste espaço como lugar de sepultura na Península Ibérica não é totalmente clara, embora houvesse o costume da inumação na zona ocidental dos templos, entre as famílias régias e a nobreza.

Com exceção de algumas parcelas que pertenceram ao mosteiro de São João de Almedina (Coimbra) e de vestígios das salas do capítulo de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, da Ermida de Paiva (Castro Daire) e do claustro de Santa Marinha da Costa, as galerias claustrais da época românica são praticamente inexistentes em Portugal. As reformas góticas dos claustros das sés do Porto, Coimbra e Lisboa ou as reformas da época moderna na sé de Braga, nos mosteiros de Salzedas, Paço de Sousa, Sanfins de Friestas, Pombeiro, Travanca, entre muito outros exemplares, a venda dos conjuntos monásticos, excetuando-se os templos, depois da extinção das ordens religiosas masculinas (1834), são alguns dos fatores que ditaram o seu desaparecimento.

No românico português não encontramos amplos e eruditos programas iconográficos. Acresce referir que as construções de maior monumentalidade receberam alterações significativas nas suas fachadas e portais. Na sé de Braga o portal axial foi amplamente reformado no século XVI, restando unicamente duas arquivoltas e respetivas colunas. O portal da sé do Porto foi refeito na época moderna. Todavia, algumas das suas peças originais indiciam uma semelhança com o alçado do portal da sé-velha de Coimbra onde predomina a escultura vegetalista e geométrica. No que diz respeito à sé de Lisboa, muito embora se conserve uma parte das arquivoltas e capitéis românicos, os restauros que o portal recebeu limitam uma análise rigorosa.



São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim). Naves (Foto MSCH)

Uma grande parte da escultura arquitetónica evidencia a conceção do portal axial como *Porta do Céu* ou *Pórtico da Glória* e tem um claro sentido apotropaico expresso ora em signos como o nó de Salomão, o pentalfa ou os discos helicoidais, ora na presença de animais míticos, como as harpias, ou terríficos como a serpente, o cão e o leão.

O sentido das imagens na escultura arquitetónica românica portuguesa é de complexa compreensão. Embora esta questão seja, de certo modo, comum ao românico de outras regiões europeias, no caso de Portugal é mais patente. O número de capitéis românicos figurados com temas religiosos não ultrapassará meia centena e raros são os que apresentam um claro sentido. A escultura arquitetónica portuguesa evidencia notórias caraterísticas regionais, próprias de uma artesania pouco requintada. Excetua-se o românico das regiões de Coimbra, Leiria e Lisboa onde o calcário permitiu um excelente domínio da modelação.

À dificuldade de identificação/interpretação dos temas figurativos associa-se uma tendência muito presente no românico português: a abundância de capitéis vegetalistas. Esta frequente utilização de elementos fitomórficos é comum a outras peças da escultura como aduelas, mísulas, fustes e tímpanos. A sua predominância no românico português tem sido explicada pela forte influência da tradição moçárabe.

Embora a *Maiestas Domini* esteja presente em vários tímpanos, a sua junção com o tetramorfo só ocorre em três casos: nos tímpanos dos portais axiais de São Pedro de Rates, onde dois elementos do tetramorfo se situam no arranque das arcadas, de São Salvador de Ansiães (Carrazeda de Ansiães) e no tímpano de Sepins (Cantanhede) apesar de, neste exemplar, faltarem os símbolos de São Marcos e São Lucas que, provavelmente, estavam esculpidos no lintel. No tímpano de Sepins, esculpido em calcário, o material foi certamente determinante para a qualidade e volumetria das figuras esculpidas. O facto de o tímpano de Sepins surgir como uma exceção no românico português, dever-se-á à falta de outros exemplares, que por variadas razões não chegaram até nós, e não à falta de artífices capazes de esculpir com a qualidade que esta peça apresenta, qualidade só comparável com a placa de Milreus (MNMC 614) que demonstra um excelente domínio da composição e da modelação da escultura.

A maioria das igrejas românicas portuguesas é construída em granito, material que limitou as potencialidades de modelação, apesar de na escultura ser habitualmente empregue um granito de grão fino. Mas não residirá unicamente na limitação da matéria a nítida dificuldade em esculpir sobre superfícies planas como os tímpanos. Em Rio Mau, Rates e Bravães, entre outros exemplares, é clara a diferença de qualidade entre a escultura dos tímpanos, muito fruste, e a escultura de peças da arquitetura como capitéis, aduelas ou cachorros nas quais a habilidade dos artistas é notória.

Entre alguns dos temas mais frequentes na escultura destacam-se o *Agnus Dei*, a sereia-peixe e a representação do leão. O *Agnus Dei* é o mais glosado entre os temas teofânicos do românico português, sobretudo na área de Braga. Segundo Ferreira de Almeida, em nenhuma parte da Europa aparece tão densamente.

O tema da sereia está presente em capitéis das igrejas de Rio Mau, São Pedro de Rates, São Salvador de Travanca, Santo André de Vila Boa de Quires, Santa Maria Maior de Tarouquela, São Salvador de Ansiães e Santa Maria de Almacave (Lamego), entre outros exemplares cuja localização ilustra a amplitude geográfica do tema no românico português. Entre as várias representações do leão com duas cabeças que se afrontam na esquina do capitel, destacamos o capitel do interior da igreja de São Pedro de Rates. Noutros casos os leões engolem uma figura humana, como no arco triunfal da igreja de São Salvador de Bravães (Ponte da Barca) ou, em composição de mais claro sentido, integram a cena vetero-testamentária de Daniel na Cova dos Leões (charola do Convento de Cristo, Tomar), um dos temas mais comuns do românico do ocidente europeu. Animal de guarda, e símbolo mais erudito que o cão ou a serpente, o leão está presente com o sentido de defesa no portal sul de São Pedro de Rates, na fachada ocidental de Santa Maria Maior de Tarouquela, suportando o tímpano do portal axial de São Pedro

das Águias, em mísulas de Sanfins de Friestas e em São Salvador de Ansiães, onde dois leões de olhos bem abertos servem de gonzos na parte interna do portal principal, demonstrando claramente o seu simbolismo de animal de guarda. Todavia, na escultura românica não é tanto a *natureza* do animal em si própria que é significante, mas sim a relação na qual ele se insere. Na simbólica medieval todos os animais são ambivalentes, assumindo um caráter positivo ou negativo, como demonstra o *programa* da cabeceira de São Cristóvão de Rio Mau onde o leão ora se representa como guardião ora como símbolo do mal.

A dificuldade em encontrar um sentido programático na escultura românica, excetuando-se alguns casos como o do portal axial de Bravães que mostra uma muito regionalizada interpretação salvífica ou como o da cabeceira de Rio Mau, onde a representação de São Cristóvão com Cristo ao colo se configura como a mais precoce do românico europeu, deve-se ao facto já referido da relativa escassez de escultura figurativa e do desgaste que muitas peças apresentam. Necessitamos de análises mais finas e monográficas centradas em modelos que superem as duas abordagens geralmente presentes no estudo da escultura dos capitéis e cachorros românicos: a noção de programa que, aplicada à escala de igreja, tende a sugerir que quase tudo foi definido anteriormente, e que toda a escultura está unida entre si com o propósito de criar um discurso contínuo e unificado, e a noção de que a distribuição da escultura não corresponde a nenhuma organização coerente. Baschet, Bonne e Dittmar constataram que, se por um lado, os capitéis são pontos de imagem extremamente concentrados, por outro estão disseminados por todo o espaço da igreja. A conjugação entre descontinuidade e disseminação apela a um modo de análise específico, muito diferente, por exemplo, do que pode suscitar um ciclo de pintura mural ou um portal. Analisar o arranjo/disposição de sequências descontínuas de pontos de força, assim como os tipos de relações que podem enlaçar-se/cruzar-se no seu seio é o ponto de partida para a criação de um método cartográfico proposto por Baschet, Bonne e Dittmar.

Sendo certo que no românico português é clara a importação de modelos, como bem exemplificam a arquitetura românica de Coimbra, precoce recetora das novidades vindas de



São Salvador de Travanca (Amarante). Naves (Foto RR)

França, a sé de Braga e a igreja de São Pedro de Rates onde se encontram motivos escultóricos oriundos da Borgonha, é de realçar que as influências forâneas são muito difusas, de multiplicadas direções e geralmente ténues, como escreveu Ferreira de Almeida. Para este fenómeno contribuíram, sem dúvida, a multiplicação das oficinas, a morosidade na conclusão das obras e o facto de os detalhes da construção se irem resolvendo paulatinamente, à medida que as obras iam decorrendo, num diálogo entre arquitetos, artífices, promotor e tradição. Este panorama tem trazido muitas dificuldades ao estudo das transferências artísticas. Numa mesma igreja encontramos modelos presentes em construções tão diversas e distantes no tempo e no espaço, que tornam muito pouco eficaz o método de comparação e, sobretudo, de filiação estilística e



São Salvador de Paço de Sousa (Penafiel). Alçado oeste (Foto RR)

formal. Uma construção românica nem sempre, ou raras vezes, corresponde a um único projeto inicial e fechado. A pequena escala do românico português, excetuando as sés de Coimbra, Porto ou Lisboa ou mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, obras para as quais o financiamento régio muito contribuiu, as vicissitudes das comunidades monásticas e paroquiais, a necessidade de adaptação a novas soluções e, sobretudo, a plasticidade da conjugação de dois volumes retangulares (cabeceira e nave) que tipificam a maioria das igrejas românicas portuguesas, resultaram em construções cujas parcelas podem corresponder a épocas muito distintas.

A arquitetura românica tem testemunhos em Portugal que remontam às duas últimas décadas do século XI e ao princípio do século XII, como demonstram algumas parcelas da sé de Braga, das igrejas de São Pedro de Rates (Póvoa do Varzim), São Cláudio de Nogueira (Viana do Castelo) e São Martinho de Manhente (Barcelos) e algumas peças das arcadas do claustro de São João de Almedina (Coimbra). Na sé Braga e em Rates a utilização do pilar cruciforme com meias colunas adossadas, o uso de enxaquetado nos frisos, a dimensão dos capitéis e a respetiva forma dos cestos, bem como a maneira de aí colocar a escultura, e ainda a utilização de bases áticas, presentes em parcelas de ambas as igrejas, constituem-se como os elementos que permitem reconhecer a presença de soluções românicas próprias daquele tempo. As arcadas do claustro de São João de Almedina ou melhor, parcelas das suas arcadas reconstruídas no MNMC, contêm elementos que podem remontar século XI. Não são unânimes os autores quanto à cronologia destas arcadas ou mesmo no que respeita à sua função original, uma vez que tem sido colocada a hipótese de o conjunto fazer parte de uma galeria e não de um claustro. Nogueira Gonçalves propôs uma data dos meados da primeira metade do século XII, opinião seguida por Ferreira de Almeida, muito embora este autor considere que há elementos do claustro que podem ser dos finais do século XI, como um capitel cúbico e algumas bases. À construção do claustro, segundo Virgílio Correia, deve ser atribuída uma data entre os finais do século XI e os inícios do século XII, enquanto Manuel Real sugere uma cronologia do final do século XI.

Na sé de Braga, o absidíolo encostado ao muro norte do transepto, que terá feito parte de um projeto construtivo abandonado, apresenta uma planta exteriormente reta e interiormente semicircular com perfil em ferradura. O arco, de volta perfeita e peraltado, assim como a estrutura de capitéis e bases correspondem, segundo Manuel Real, ao último terço do século XI. As arcadas cegas que ritmam a superfície mural do nártex da igreja, também peraltadas, os cestos e a escultura dos respetivos capitéis indiciam soluções que se enquadram no românico do século XI. A sagração do altar em 1089 revela, segundo Manuel Real, que a obra românica estava a decorrer há já algum tempo, tendo sido impulsionada por iniciativa do bispo D. Pedro (1071-1091). O templo, que substituiu a fábrica pré-românica, seria alvo de uma alteração do seu programa inicial. Manuel Real considera que o programa do século XI visava a construção de uma igreja de grande monumentalidade com o objetivo de emular as igrejas de peregrinação, notando que a sé de Braga foi então pensada para ser composta por cinco naves, transepto com mais do que uma nave e cabeceira composta por deambulatório e capelas radiantes além de uma abside e quatro absidíolos. O já referido absidíolo encostado ao muro norte do transepto, que acabaria por permanecer no exterior do perímetro da igreja, teria pertencido a este projeto. Por volta de 1109-1110 ter-se-á interrompido a obra da catedral.

A construção da igreja terá sido retomada pelo arcebispo D. Paio Mendes (1118-1137), depois de abandonado o ambicioso programa inicial cujas marcas permanecem nos elementos já referidos que remontam ao século XI. Uma cabeceira com abside e quatro absidíolos de planta reta, parcelas muito transformadas, um transepto de uma nave e um corpo de três naves de seis tramos, rematado a ocidente por duas torres, configuram a planimetria do templo então construído cuja cobertura recebeu arcos-diafragma. O projeto promovido por D. Pedro, não recebe, no entanto, o acordo de outros autores. Ferreira de Almeida situa na época de D. Paio Mendes o início da edificação românica que substituiu a fábrica construída sob o arcebispado de D. Pedro, seguindo provavelmente modelos ainda muito marcados por soluções

pré-românicas. Por volta de 1128 já estaria definida a mudança de um plano inicial que deslocou a igreja para sul, tendo permanecido fora do novo perímetro o absidíolo encostado a norte do transepto. Muito embora reconheça que a sé de Braga acusa parcelas mais antigas e que a análise da sua evolução construtiva é um difícil exercício, dadas as muitas mudanças e transformações, Ferreira de Almeida realça sobretudo a importância que o estaleiro de Braga do século XII teve na disseminação de soluções construtivas e arquitetónicas na respetiva região.

A distribuição geográfica do românico português testemunha a diversidade do tipo de *habitat*, resultado das condições geomorfológicas e dos ritmos da história. Não existem dúvidas sobre a maior densidade de construções românicas na região do Entre-Douro-e-Minho ou sobre a sua rarefação em terras de Trás-os-Montes. Coimbra foi indubitavelmente o núcleo urbano com uma maior quantidade de igrejas construídas ou refeitas na época românica. Na margem sul do Douro e nas Beiras o românico ter-se-á implantado mais tardiamente muito embora parte das novas construções tenha substituído templos alti-medievais.

Por razões históricas e geomorfológicas foi no Entre-Douro-e-Minho que a construção românica mais se densificou, acompanhando um *habitat* disperso, uma organização paroquial muito pulverizada que se consolida entre os séculos XII e XIII, e a fundação de mosteiros ligados às famílias patronais aí estabelecidas desde os séculos IX e X.

Em Trás-os-Montes a arquitetura românica é mais rarefeita, de acordo com um tipo de *habitat* aglomerado e com circunstâncias históricas. A arquitetura românica transmontana espelha bem o desenvolvimento desta região. Os diversos ritmos desse desenvolvimento estão patentes na distribuição dos testemunhos pré-românicos e românicos que se concentram no atual concelho de Chaves. À presúria de Chaves pelo conde Odoário em 872, seguiu-se a reorganização do território que a documentação evidencia, atestando a existência ou fundação de igrejas nos séculos X e XI. Na restante região transmontana, a densidade populacional era menor como testemunham as Inquirições de 1258, resultando esta baixa densidade num menor número de igrejas românicas. Todavia, a documentação e alguns dos exemplares que se conservam atestam a presença de templos no século XII, como as igrejas de Penas Róias e Mogadouro, muito transformadas, o mosteiro de Castro de Avelãs (Bragança), documentado desde 1145, ou a igreja de São Salvador de Ansiães com parcelas de meados do século XII. Sendo certo que o leste transmontano acusa, desde a alta idade média, um povoamento pouco denso, que os monarcas portugueses vão tentando equilibrar com a concessão de forais e outras regalias também é verdade que o tipo de *habitat* aglomerado, próprio da região, não favorece a pulverização de paróquias.

Na região do antigo bispado de Lamego que atualmente inclui o distrito de Viseu e nos outros concelhos das Beiras, o românico tem uma significativa expressão. Da sé de Lamego conserva-se unicamente uma torre, provavelmente posterior à construção da igreja românica que deverá datar da segunda metade do século XII. D. Afonso Henriques, no seu testamento, lavrado em 1179, deixa 500 morabitinos para a *operi de Lameco*. No antigo arrabalde mercantil da cidade, a igreja de Almacave mostra um portal axial que deverá remontar ao século XIII. Nos concelhos de Cinfães, Resende e Tabuaço, destacam-se as igrejas de Santa Maria Maior de Tarouquela, São Martinho de Mouros, Santa Maria de Cárquere e São Pedro das Águias. A Ermida de Paiva (Castro Daire) é um singular monumento que acusa modelos oriundos da região do Limousin, modelos esses que também foram empregues na sé do Porto e em outras igrejas de menor escala como Águas Santas (Maia) e Cabeça Santa (Penafiel). Na área sul do Alto Douro a arquitetura românica tem exemplos muitos tardios em Trevões (São João da Pesqueira), Longroiva (Meda) e Santa Maria do Castelo (Numão). As capelas de Nossa Senhora da Fresta (Trancoso) e da Póvoa de Mileu (Guarda), entre outros exemplares dos distritos de Viseu e da Guarda, apresentam um românico tardio e regionalizado com interessantes soluções de sabor vernacular.

A cidade de Coimbra desempenhou um importante papel no processo de formação e afirmação do reino, aspeto já bem desenvolvido pela historiografia medieval portuguesa. Foi



São Salvador de Ansiães (Carrazeda de Ansiães). Alçados norte e oeste (Foto JNG)



São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira). Alçado sul (Foto RR)

igualmente em Coimbra que o românico português assumiu as suas expressões mais eruditas, sendo também um dos focos onde a arquitetura românica mais cedo se implantou. No século XII, Coimbra constituía um vasto estaleiro de arquitetura românica como demonstram os vários exemplares construídos nessa época: o mosteiro de Santa Cruz, São João de Almedina, São Salvador, Sé-Velha, São Tiago, Santa Justa, São Bartolomeu e São Cristóvão, entre os quais se contam exemplares de templos já existentes no século XI, ou mesmo anteriormente, que viriam a ser reformulados segundo as soluções da arquitetura e escultura românicas.

A expansão da arquitetura românica em Portugal coincide realmente com o reinado de D. Afonso Henriques (1143-1185). Foi nesta época que se iniciaram as obras românicas das sés de Lisboa, Coimbra e Porto e que se construiu o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, panteão da Iª dinastia.

A igreja do mosteiro de Santa Cruz, fundado em 1131, apresentava uma arquitetura completamente nova no contexto do românico que então se difundia em Portugal. Embora profundamente alterado no século XVI, conhecemos alguns aspetos do templo fornecidos pela documentação quinhentista e pela conservação de alguns – muito poucos de facto – elementos românicos. A longa capela-mor era ladeada por dois pequenos absidíolos. A nave, muito larga e algo curta, estava coberta por abóbada de berço. As naves laterais, com três tramos-capelas, eram cobertas por abóbadas transversais que contrafortavam o peso da nave central. A esta estrutura adicionava-se uma torre-pórtico com dois pisos e composta por três naves e quatro tramos, acusando influências da arquitetura românica da Borgonha como Tournus, Paray-le-Monial ou Romainmôtier.

A fundação do mosteiro é habitualmente atribuída a D. Afonso Henriques que outorgou à comunidade de cónegos regrantes a guarda do tesouro régio e que aí se fez tumular. Contudo, Saul António Gomes esclareceu que existem duas fases distintas no relacionamento de D. Afonso Henriques com a comunidade crúzia. Numa primeira fase, que se desenrola entre 1137 e 1139, o então ainda infante não se revela como participante muito ativo e interessado no mosteiro, favorecendo-o embora em 1135 no contexto da solicitude pontifícia para com os cónegos de Santa Cruz e coutando ao mosteiro uma herdade em 1138. Depois do triunfo na Batalha de Ourique (1139) o futuro rei revela-se um atento mecenas e protetor de Santa Cruz. Em 1141 privilegia o mosteiro e recorda à comunidade que reze pela sua saúde e pela salvação da sua alma e dos seus parentes. Em carta enviada ao papa Adriano IV em 1156 ou 1157 o rei refere, pela primeira vez, que o cenóbio fora fundado por si e acrescenta que quer fazer-se aí tumular, beneficiando das orações pela sua alma. Exatamente em 1157 a rainha D. Mafalda fora sepultada no mosteiro, inaugurando o primeiro panteão régio. As obras desenvolveram-se entre as décadas de 1140 e 1150, quando é sagrado o altar, prolongando-se até *circa* 1170. A primeira pedra do conjunto monástico havia sido lançada em 28 de Junho de 1131 aproveitando, para a sua implantação, o terreno dos designados *banhos régios*, que D. Afonso Henriques doara a D. Telo em 9 de Dezembro de 1130.

O documentado patrocínio de D. Afonso Henriques para as obras e embelezamento da sé românica de Coimbra tem atribuído ao fundador da monarquia a qualidade, juntamente com o bispo D. Miguel de Salomão, de fundador da catedral. É aliás desta forma que o rei é celebrado no *Livro das Kalendas* que o recorda na véspera da sua morte, a 6 de dezembro de 1185, registando que o rei fundou a igreja e que a aperfeiçoou até ao limite. Para a fábrica do claustro deixou mil morabitinos em ouro, aumentou a *tabulae altaris* em prata e forneceu prata para o fabrico de cruzes.

A sé-Velha de Coimbra, obra de importância maior no desenvolvimento do estilo românico em Portugal, teve início no século XII embora a sua cronologia seja ainda controversa. Jorge de Alarcão considera a hipótese de as obras terem sido iniciadas no tempo do bispo D. João Anaia (1148-1154) e não sob o prelado de D. Miguel de Salomão, como é habitualmente referido. A obra, sagrada em 1174 ou 1175 por D. Miguel de Salomão, teve como arquitetos os

mestres forâneos Roberto e Bernardo e o *português* mestre Soeiro. Segundo Jorge de Alarcão se a construção do templo, tradicionalmente atribuída a D. Miguel de Salomão, tivesse realizada entre 1162 e 1176, período em que aquele bispo de Coimbra ocupou o cargo, resumir-se-ia a um transcurso de catorze anos, o que parece francamente pouco para a dimensão da catedral. A sagração do altar deverá ter ocorrido entre 1174 e 1175 conforme garante a inscrição do mesmo. Segundo o documento n.º 3 do *Livro Preto*, D. Miguel de Salomão pagou 124 morabitinos a mestre Bernardo, de provável origem normanda, o qual dirigiu os trabalhos durante dez anos. A mestre Roberto, talvez de origem borgonhesa, que dirigindo as obras da sé de Lisboa foi a Coimbra por quarto vezes para melhorar a obra e o portal da igreja, pagou sete morabitinos de cada vez. O mesmo documento refere ainda o pagamento a mestre Soeiro que sucedeu



São Salvador de Bravães (Ponte da Barca). Portal oeste (Foto MLB)



São Pedro das Águias (Tabuaço). Alçado norte (Foto CC)



Santo Abdão da Correlhã (Ponte de Lima). Alçado sul (Foto MF/MS)

na obra a Bernardo e que trabalhou ao serviço de D. Miguel entre 1162 e 1171. António Filipe Pimentel defende que o início da construção da sé ocorreu entre 1139 e 1142, anos do bispado de D. Bernardo, clérigo de origem francesa, em anos-chave da afirmação de D. Afonso Henriques quando estabelece em Coimbra a sua capital e, na sequência das suas vitórias contra os mouros, assume então o título de rei.

A origem das soluções construtivas e estilísticas patentes na sé tem dividido os investigadores que ora consideram seguir o modelo românico do Auvergne ou do Poitou, ora encontram paralelos no norte de França, concretamente na região da Normandia. O aspeto interno das naves e o modelo de organização do trifório lembram muito a catedral de Santiago de Compostela, enquanto as galerias de circulação se assemelham mais às igrejas do norte de França.

Na região de Lisboa destaca-se a sé românica da cidade, muito embora o estado de ruína ocasionado pelo terramoto de 1755, a sua reconstrução e, principalmente, os restauros de que foi alvo entre o final do século XIX e uma boa parte do século XX, condicionam uma análise rigorosa. Com o patrocínio de D. Afonso Henriques a catedral terá sido projetada pouco depois dos meados do século XII e concluída no início do século XIII. O seu principal arquiteto foi mestre Roberto, já referido a propósito da construção da sé-Velha de Coimbra. Segundo Ferreira de Almeida, Roberto terá feito a sua aprendizagem no norte de França. As semelhanças entre as catedrais de Lisboa e de Coimbra tanto ao nível da arquitetura como de alguns aspetos da escultura arquitetónica têm sido notadas por vários autores.

A rarefação de construções românicas na região de Lisboa, e na Estremadura em geral, deve-se mais à sua destruição do que à sua inexistência. Como notou Manuel Real, a zona estremenha apresentava uma densa mancha de igrejas que a documentação das duas primeiras décadas do século XIII e os vestígios arqueológicos confirmam. Estes vestígios são significativos em Lisboa, Sintra, Torres Vedras, Alfange (Santarém) e Alcobaça, entre outros núcleos. Em Leiria, conserva-se a igreja de São Pedro ampliada no século XIV. O portal axial, encaixado em corpo pétreo saliente, e os arcos e capitéis da cabeceira patenteiam uma escultura românica muito refinada na sua modelação. Apresentam singulares influências forâneas e modelos glosados nas sés de Lisboa e Coimbra.

As construções de cronologia mais tardia, edificadas a partir dos meados do século XIII, apresentam, frequentemente, nos alçados do arco triunfal, dos portais e nas formas de esculpir, soluções próprias do gótico. O caráter tardio, a lentidão na conclusão das obras e as alterações de naves e cabeceiras em épocas distintas são alguns dos fatores que explicam esta miscigenação. Todavia, não fará sentido classificar estes exemplares como *românico de transição*. As novidades góticas adaptaram-se aos modelos estruturalmente românicos como exemplificam a capela de Nossa Senhora da Orada e a fachada da igreja do mosteiro de Paderne (Melgaço), ambas datadas do século XIII. A composição híbrida, a interpretação, a cópia, a citação, estão muito presentes na arquitetura românica, na qual se projetam vários fatores: a vontade do promotor, o saber do arquiteto e a expressão de uma cultura, como escreveu N. Reveyron.

A continuidade de uma cultura arquitetónica que se mantém além do *tempo próprio do românico* teve, sem dúvida, uma forte influência nos exemplares construídos nos séculos XIV e XV que, sistematicamente, simplificaram as soluções construtivas e formais difundidas em Portugal a partir dos finais do século XI. Não obstante, parece-me que a persistência do românico na longa diacronia se deve também ao seu prestígio e valor simbólico. Uma igreja românica dos séculos XII ou XIII é um edifício bem construído e muito cuidado. Não admira, pois, que no século XIV ainda se construa à maneira românica. O conhecimento do peso da tradição e do seu valor simbólico é fundamental para entendermos as arquiteturas *sem tempo*.

As pequenas construções românicas que se implantam ao longo das duas margens do Lima, como as capelas de Santa Eulália de Refoios de Lima (antiga igreja paroquial), Santo Abdão da Correlhã e do Espírito Santo de Moreira de Lima e a da Comenda de Távora, entre outras, acusam a longa diacronia da forma românica de construir nesta região. Boa parte destes

templos é já da época gótica embora na sua construção permaneçam soluções de aparência românica. No entanto, os alçados dos portais sem colunas, a utilização de cachorros lisos e de secção quadrangular e a presença de cornijas pouco profundas, configuram a persistência de soluções já muito repetidas e muito afastadas das construções românicas do século XII ou do início do século XIII. Este fenómeno não é exclusivo das margens do Lima. A sua presença em regiões tão diversas como o Entre-Douro-e-Minho e os atuais distritos de Viseu e da Guarda testemunha a longa perduração no tempo do românico português. É este, porventura, um dos seus aspetos mais sedutores.

Bibliografia

ALARCÃO, J., 2008, pp. 17, 36, 49, 77-79, 105, 115-127, 135 e 207; ALMEIDA, C.A.F., 1978a; ALMEIDA, C.A.F., 1981a; ALMEIDA, C.A.F., 1986a; ALMEIDA, C.A.F., 1986b; ALMEIDA, C.A.F., 1987b; ALMEIDA, C.A.F., 2001; ALMEIDA, C.A.F., [s.d.]; AMARAL, L.C., 2011; ALVES, L., 1982, pp. 47-118; BASCHET, J. *et alii*, 2012; BARRAL I ALTET, X., 2006; BARREIROS, M.A., 1926; BARROCA, M.J., 2013a, pp. 263-273; BARROCA, M.J. e REAL, M.L., 1992, p. 138; BASTO, A.M., 1940; BASTO, A.M., 1946; CAILLET, J-P., 2002; CARRERO SANTAMARIA, E., 2013b, pp. 47-78; CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, M.A., 2012, pp. 358-361; CASTRO, A.S., 2014; CASTRO, A.S. e SEBASTIAN, L., 2006, pp. 125-166; CORREIA, V., 1917, pp. 56-60; CORREIA, V., 1924a; CORREIA, V., 1930, pp. 28-54; CORREIA, V., 1934; CORREIA, V., 1943; CRAVEIRO, M.L., 2011b, pp. 9-19; CROZET, R., 1968, pp. 57-64; CUNHA, C., 2015; GAILLARD, G., 1964, pp. 127-131; FERNANDES, P.A., 2001, pp. 31-51; FERNANDES, P.A., 2004, pp. 91-100; FONTES, L. *et alii*, 1997-98, pp. 137, 141, 142, 144, 146 e 148; FRANZÉ, B., 2015, pp. 7-13; GOMES, S.A., 2007, pp. 117-119, 142 e 156; GONÇALVES, A.N., 1934a; GONÇALVES, A.N., 1938; GONÇALVES, A.N., 1940; GONÇALVES, A.N., 1961; GONÇALVES, A.N., 1980; GONÇALVES, A.N., 1984c; GUILLOUËT, J-M., 2009, pp. 17-25; KARGE, H., 2009, pp. 165-196; KRAUTHEIMER, R., 1942, pp. 1-33; LACERDA, A., 1919; LACERDA, A., 1929, pp. 616-708; LKAL, 2, p. 294; LPRETO, doc. n.º 3 (de [1180]); MARQUES, J. e CUNHA, C., 2010-2011, pp. 5-102; MATTOS, A., 1948b, pp. 3-20; MONTEIRO, M., 1908; MONTEIRO, M., 1943, pp. 5-21; MONTEIRO, M., 1951; PASSOS, C., 1958, pp. 809-842; PEREIRA, F.A., 1925-26, pp. 1-20; PIMENTEL, A.F., 2005, pp. 97-145; PINTO, J.M.M., 2011; REAL, M.L., 1974; REAL, M.L., 1982a; REAL, M.L., 1982b, pp. 217-229; REAL, M.L., 1982c, pp. 118-132; REAL, M.L., 1982-83, pp. 529-560; REAL, M.L., 1985; REAL, M.L., 1986a; REAL, M.L., 1986b, pp. 33-75; REAL, M.L., 1990, pp. 435-489; REAL, M.L., 2001a, pp. 30-55; REAL, M.L., 2007, pp. 133-170; REAL, M.L., 2017, pp. 47-116; REAL, M.L. e PEREZ HOMEM DE ALMEIDA, M.J., 1990, pp. 1483-1526; REAL, M.L. e SÁ, P., 1982; RECHT, R., 1998, p. 6; REVEYRON, N., 2017a, pp. 123-148; REVEYRON, N., 2017b, pp. 7-17; RICO CAMPS, D., 2014, pp. 215-218; RODRIGUEZ MONTAÑÉS, J.M., 2009, III, pp. 2089-2107; ROSAS, L.M.C., 1987; ROSAS, L.M.C., 2008; ROSAS, L.M.C., 2015a, pp. 205-222; ROSAS, L.M.C., 2019, pp. 115-132; ROSAS, L.M.C. e BOTELHO M.L., 2010; ROSAS, L.M.C. *et alii*, 2014b; SANTOS, R., 1955; SEBASTIAN, L. e CASTRO, A.S., 2007, pp. 142-171; SEBASTIAN, L. e BRÁS., P., 2015; SENRA, J.L., 2008, pp. 124-125, 129 e 154; SILVA, J.C.V., 1997, pp. 46-59; SILVA, J.C.V., 2003, p. 17; SILVA, J.C.V. e AFONSO L.U., 2009, pp. 31-57; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2007, pp. 849-880; TEIXEIRA, R., 1996; VASCONCELOS, J., 1908; VASCONCELOS, J., 1918; VERGNOLLE, E., 2000, pp. 161-194; ZARAGOZÁ CATALÁN, A., 2000, pp. 23, 110-114, 122.